

TRABALHO, RACIONALIDADES E INSTRUMENTALIDADE – FUNDAMENTOS E PRESSUPOSTOS PARA O SERVIÇO SOCIAL

Data de submissão: 18/08/2024

Data de aceite: 01/11/2024

Jodeyson Islony de Lima Sobrinho

Universidade Federal de Sergipe - UFS
Aracaju-SE
<http://lattes.cnpq.br/7819108340566107>

Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira

Universidade Estadual do Tocantins –
UNITINS
Palmas-TO
<http://lattes.cnpq.br/3125201836735169>

RESUMO: O artigo aqui exposto visa estabelecer a ligação entre o trabalho como categoria ontológica do ser social, as racionalidades fundadas na modernidade e que permeiam a produção e reprodução do modo de produção capitalista, bem como os seus rebatimentos sobre a instrumentalidade do Serviço Social. À vista disso, ancora-se na teoria social crítica, à luz do método do materialismo-histórico dialético, para construir as necessárias mediações perante a condição sociohistórica a ser desvelada. Desse modo, instiga-se a reflexão de que as racionalidades são compostas por ideologias, as quais estão imbricadas em projetos profissionais e societários e, por conseguinte, desembocam em respostas teórico-práticas sobre a sociedade, sejam

elas de manutenção ou transformação. Logo, apreender a relação do trabalho com os pores teleológicos de segunda ordem na realidade é possibilidade concreta de fortalecer os enfrentamentos e a luta da classe trabalhadora, da qual os/as assistentes sociais fazem parte e norteiam o seu exercício profissional a partir das demandas colocadas.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho; racionalidades; razão crítico-dialética; instrumentalidade; Serviço Social.

WORK, RATIONALITIES AND INSTRUMENTALITY – FUNDAMENTALS AND ASSUMPTIONS FOR SOCIAL WORK

ABSTRACT: The article presented here aims to establish the connection between work as an ontological category of social being, the rationalities founded on modernity and that permeate the production and reproduction of the capitalist mode of production, as well as their repercussions on the instrumentality of Social Service. In view of this, it is anchored in critical social theory, in light of the method of dialectical historical materialism, to construct the necessary mediations in the face of the sociohistorical

condition to be unveiled. In this way, it encourages the reflection that rationalities are composed of ideologies, which are intertwined in professional and societal projects and, consequently, lead to theoretical-practical responses about society, whether they are maintenance or transformation. Therefore, understanding the relationship between work and second-order teleological premises in reality is a concrete possibility of strengthening the confrontations and struggle of the working class, of which social workers are a part and guide their professional practice based on the demands placed on them.

KEYWORDS: work; rationalities; critical-dialectical reason; instrumentality; Social Service.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo discorrer sobre a relação entre o trabalho como fundamento ontológico do ser social, as racionalidades que perpassam a sociabilidade burguesa e seus impactos sobre a instrumentalidade nos processos de trabalho dos quais o/a assistente social é partícipe.

Para tanto, importa salientar que se trata não só de apresentar as diferentes razões que norteiam as formas de pensar e agir no modo de produção capitalista, mas de defender a razão crítico-dialética como aquela capaz de estimular a transformação da ordem vigente. Logo, o método de análise aqui ensejado é o materialismo-histórico dialético, por permitir ir à essência dos processos sociais observados, a partir da aparência dos mesmos.

Dessa feita, por uma divisão didático-pedagógica, o trabalho está subdividido na presente introdução, seguida do debate sobre o trabalho como fundamento do ser social, destacando-se as racionalidades e a instrumentalidade como *pores* teleológicos de segunda ordem; posteriormente apresenta-se a discussão sobre as racionalidades formal-abstrata, instrumental e crítico-dialética, as quais estão presentes na modernidade; assim como se expõe brevemente sobre a imersão da pós-modernidade e o abandono das metanarrativas da modernidade, principalmente o marxismo, dando lugar ao irracionalismo e à miséria da razão; por conseguinte, lançam-se reflexões sobre a instrumentalidade no trabalho do/a assistente social, a partir da razão crítico-dialética e, subseqüentemente, expõe-se as considerações finais.

2 | O TRABALHO ENQUANTO FUNDAMENTO DO SER SOCIAL: AS RACIONALIDADES E A INSTRUMENTALIDADE COMO *PORES* TELEOLÓGICOS DE SEGUNDA ORDEM

O homem¹ só se desenvolve como um ser capaz de atender às suas necessidades de forma consciente, ordenada, projetiva, racional e instrumental transformando suas singularidades biopsicossociais, de forma libertária e livre a partir do trabalho, que, nos termos de Lukács (1979, p. 87), se configura, ontologicamente, na mediação entre o

1 Referimo-nos ao homem, enquanto gênero humano, compreendendo esse termo na sua abrangência de homem e mulher, visto a dificuldade da própria língua portuguesa de apontar o termo homem para expressar de forma genérica a totalidade dos indivíduos.

homem e a natureza, na busca da satisfação de suas necessidades, ou seja, é o “ponto de partida da humanização do homem, do refinamento de suas faculdades”.

Nesse sentido, as mediações que compõem o trabalho, como elemento fundante do ser social (Lukács, 2013), inter-relacionam-se e autodeterminam-se numa unidade entre a conformação da realidade concreta deste ser e sua representação no âmbito da consciência-racionalidade, a qual se coloca como um mote problemático do pensamento humano. Desse modo, segundo Netto e Braz (2011, p. 50),

[...] quanto mais se desenvolve o ser social, tanto mais diversificadas são as suas objetivações. Assim, no seu desenvolvimento, ele produz objetivações que, embora relacionadas ao processo do trabalho, dele se afastam progressivamente – objetivações crescentemente *ideais* (isto é, no mundo das ideias).

As objetivações do ser social configuram-se como a expressão concreta de suas relações, imbuídas de uma dimensão abstrata - teleologia, própria do desenvolvimento da riqueza humana, mas que se apresentam concretamente como resultado de seu processo produtivo.

Dessa maneira, tem-se como objetivações de primeira ordem, como pontua Lukács (ibid.), aquilo que está mecanicamente ligado ao trabalho, que, por sua própria natureza ontológica, traz em si um conjunto de *pores teleológicos* configurados em um contíguo de cadeias causais àquilo projetado anteriormente. Ou seja, as causalidades podem assumir configurações distintas, o que possibilita implicações diversas no produto objetivado, podendo, portanto, sair diferentemente daquilo idealizado teleologicamente pelo homem.

Essas objetivações levam a uma convulsão de outras objetivações, denominadas pelo autor como de segunda ordem, tais quais: a racionalidade, a instrumentalidade, a ciência, a filosofia, a religião, a ética, a moral, os costumes, a cultura e outras que, aparentemente, se colocam como autonomizadas do mundo do trabalho, como se ganhassem vida própria sem nenhuma relação com ele. Entretanto, as objetivações de segunda ordem guardam sua marca fundante naquele, e, ainda, têm como modelo de objetivação aquela ocorrida no âmbito da produção: atividade teleologicamente orientada; tendência à universalização; linguagem articulada.

É sob esses fundamentamos que apreendemos a centralidade do trabalho nas demais determinações do ser social, contudo, não podendo se reduzir a ele, pois as mediações de segunda ordem constituintes da realidade social não podem autonomizar-se em relação ao trabalho, nem com ele ter uma relação automática, mecânica ou imediata, visto essas guardarem uma força ineliminável contraditória, própria dos processos de trabalho.

O trabalho aqui não se resume somente a um processo de transformação da natureza, ou somente de uma atividade voltada a um fim determinado. Pelo contrário, é entendido como ***práxis humana e/ou prática social***, visto que o homem transforma a

natureza, mas, ao mesmo tempo, se transforma, conectando-se à riqueza da humanidade, ou seja, ao humano-genérico, já que o trabalho não se opera isolado ou individualmente, mas só se conforma na coletividade dos seres sociais. O trabalho, segundo Netto e Braz (2011, p. 40-41, grifos dos autores), possibilitou o rompimento com o padrão eminentemente natural das atividades animais, visto que,

Em primeiro lugar, *o trabalho não se opera com uma atuação imediata sobre a matéria natural*; diferentemente, ele exige *instrumentos* que, no seu desenvolvimento, vão cada vez mais se interpondo entre aqueles que o executam e a matéria; em segundo lugar, porque *o trabalho não se realiza cumprindo determinações genéticas*; bem ao contrário, passa a exigir *habilidades e conhecimentos* que se adquirem inicialmente por repetição e experimentação e que se transmitem mediante *aprendizado*; em terceiro lugar, porque *o trabalho não atende a um elenco limitado e praticamente invariável de necessidades*, nem as satisfaz sob *formas fixas*; se é verdade que há um conjunto de necessidades que sempre deve ser atendido [...], as *formas* desse atendimento variam muitíssimo, e, sobretudo, implicam o desenvolvimento, quase sem limites, de *novas necessidades*.

Nessa perspectiva, compreende-se que com o trabalho o homem ultrapassa a simples adaptação ambiental de suas necessidades primárias, pois ao pôr um fim teleológico à sua atividade possibilita a criação – libertária (em seu sentido ontológico) – de algo eminentemente novo, complexo em suas determinações. Esse trabalho, conforme Lukács (2013) tem a capacidade de rearranjar as causalidades da natureza, pondo-as em sentido teleológico, pela mediação da instrumentalidade, enquanto meio para atingir os fins propostos. Entretanto, tal trabalho só ganha materialidade quando essa abstração ideal se objetiva, ou seja, quando a ação objetiva do homem incide sobre a matéria natural e essa é transformada.

O ser social é tido, portanto, como um componente processual que se constitui no desenvolvimento da história, porquanto, as categorias a ele vinculadas emanam das formas moventes e movidas do real e, dessa forma, do próprio desenvolvimento da realidade. Esse ser se diferencia das demais formas de existência dos outros seres – orgânicos e inorgânicos –, por ter vida, reprodução, mas, sobretudo, pelas possibilidades de construção do novo (entendido como a capacidade criativa e libertária do ser social), e o conhecimento sobre si e sobre sua própria instrumentalidade.

O desenvolvimento desse ser tem como resultado central o próprio processo de humanização (autoconstrução) do homem, o que não suprime suas estruturas naturais. Essas se mantêm, porque são imanentes ao homem, mas são superadas dialeticamente em um processo de conservação e ruptura, dando lugar à constituição de conformações sociais historicamente determinadas, como expressa Marx (1973, p. 220): “a fome é a fome, mas a fome que se satisfaz com carne cozinhada, comida com faca e garfo, não é a mesma fome que come a carne crua, servindo-se das mãos, das unhas, dos dentes”.

Nesse processo, quanto mais se desenvolve o ser social, tanto mais se diversificam

e complexificam suas objetivações, novas formas sociais emergem, várias práticas sociais surgem, articuladas tanto no âmbito da produção quanto no da reprodução material e espiritual da humanidade.

Hoje, desenvolvido e articulado, o ser social se distancia dos outros seres, porque é capaz de “realizar atividades teleologicamente orientadas; objetivar-se material e idealmente; comunicar-se e expressar-se pela linguagem articulada; escolher entre alternativas concretas; universalizar-se; socializar-se” (Netto & Braz, 2011a, p. 51), bem como exercer uma certa “liberdade” em seus pores teleológicos.

Sendo assim, apreende-se a realidade como um sistema de complexos, em que as determinações têm de ser conhecidas como ela verdadeiramente é (suas verdadeiras propriedades), e não como se pensa que elas devam ser, pois só assim pode-se reordená-las de acordo com as finalidades dos sujeitos.

É nesse ínterim do desenvolvimento do trabalho que o conhecimento, em suas racionalidades, e a instrumentalidade do ser social também são constituídas, atribuindo a elas um papel ativo, em seu plano ontológico, diferenciando-se, nos termos de Lukács (2013), da atividade animal, a qual é ontogeneticamente de reprodução, sem possibilidade alguma de construção do novo.

Os homens, para poderem existir, portanto, devem transformar constantemente a natureza. Esta é a base ineliminável do mundo dos homens, sem a sua transformação, a (re)produção da sociedade não seria possível, e essa transformação comporta um conjunto de pores teleológicos, dos quais abordaremos aqui o conhecimento, em suas racionalidades e a instrumentalidade.

Esse conhecimento quando é utilizado num ato de trabalho, ele é também colocado à prova, podendo, assim, ser verificada a sua validade nessa nova situação. É impossível um conhecimento absoluto da realidade. O conhecimento é uma atividade da consciência que, por meio da construção de ideias, reflete as qualidades do real.

Por outro lado, o real é um processo histórico. Uma realidade e uma consciência, ambas em movimento, não podem jamais resultar em um conhecimento absoluto, fixo, imutável, o que requer aproximações sucessivas. Assim, conhecemos a realidade externa à consciência porque, ao transformá-la tipicamente pelo trabalho, podemos verificar a validade e a veracidade dos nossos conhecimentos, em nossos processos de instrumentalidade, como veremos a seguir.

3 | RAZÃO E MODERNIDADE: O DEBATE DAS RACIONALIDADES ABSTRATA-FORMAL, INSTRUMENTAL E CRÍTICO-DIALÉTICA E SUAS INFLEXÕES NO SERVIÇO SOCIAL

A modernidade surge ancorada na razão, como um novo padrão explicativo da realidade e nela estão presentes as racionalidades abstrata-formal, instrumental e crítico-dialética, as quais estão interligadas a projetos societários e profissionais de manutenção

ou transformação da ordem vigente.

Dentre alguns intelectuais que perpassaram esse movimento, podemos citar Immanuel Kant, cuja contribuição foi afirmar que é o homem quem atribui sentido às coisas, conforme as intenções que ele mesmo define, ou seja, trata-se de uma razão subjetiva e fenomênica, ligada apenas à aparência do fenômeno, pois existe um nexos causal imediato entre razão e experiência. De todo modo, existe um avanço até então, pois, mesmo neste caso, dispense-se que o conhecimento é resultado da razão.

Porém, é com Hegel que se torna possível identificar a razão dialética, ainda que seja a razão absoluta hegeliana, cujo movimento dos fenômenos passa a ser captado a partir: a) do humanismo, reconhecendo o homem como objetivação da sua própria atividade, mediante uma trajetória coletiva; b) da razão dialética, a qual permite uma compreensão tanto objetiva quanto subjetiva da realidade, superando a imediatividade; c) do historicismo concreto, que assevera o aspecto ontologicamente histórico da realidade (Coutinho, 1972 *apud* Simionatto, 2009).

A contribuição hegeliana foi importante, pois cooperou com os pensamentos marxiano e marxista (Simionatto, 2009). De todo modo, é com a instauração do Estado burguês no modo de produção capitalista que duas matrizes teóricas se consolidam, sendo elas: o positivismo e a teoria social crítica.

A primeira matriz citada rechaça as dimensões histórica, dialética e humana da *práxis* social e dela derivam as vertentes funcionalista, estruturalista e estrutural-funcionalista, fincadas na razão instrumental ou formal-abstrata, as quais têm como finalidade a manutenção do sistema vigente e, portanto, tendem a negar a luta de classes, pois o capitalismo passa a ser exposto como algo natural e imutável.

Porém, a teoria social crítica é fundada na razão crítico-dialética, a qual busca apreender a essência dos fenômenos à luz das categorias de totalidade, mediação e contradição, cujo conhecimento é mola propulsora para a transformação societária, a partir da luta de classes (Netto, 2011b). Desse modo, cabe explicar sobre as racionalidades anteriormente citadas.

A racionalidade abstrata-formal corresponde a um determinado grau da razão, a qual se torna majoritária e cuja objetividade e autonomia ignora a primazia dos sujeitos sociais e, para tanto, reduz a *práxis* a ações burocráticas, pragmáticas e manipulatórias (Silva, 2013). Trata-se de uma maneira de pensar e agir que dialoga diretamente com a reprodução do ser social no capitalismo, ou seja, ao naturalizar e instrumentalizar a realidade, bem como a intervenção sobre ela, elimina-se a possibilidade de promover mudanças substantivas.

Por outro lado, apresenta-se a razão instrumental como necessária e componente da razão dialética. Porém, quando autonomizada, passa a intervir na realidade de modo fragmentado, pragmático, descontextualizado, negligenciando as dimensões da razão substantiva e emancipatória da qual deveria fazer parte, porque “[...] esta racionalidade se reduz aos critérios de eficácia, eficiência e utilidade, tanto das coisas quanto das pessoas”.

(Guerra, 2014, p. 8).

Em síntese, mediante o avanço das forças produtivas e das relações sociais, a razão instrumental passa a ater-se ao âmbito prático-imediato, firmando-se apenas na dimensão do fazer. Assim, essa razão cinde suas articulações com a razão dialética, desembocando no praticismo e desconsiderando a capacidade do homem de fazer a sua própria história. (Guerra, 2014).

À vista disso, aponta-se a razão crítico-dialética como a razão emancipatória, a qual trata a análise “das coisas” a partir das categorias do método do materialismo-histórico dialético para apreender a essência do que está sendo acompanhado e intervir, a partir da instrumentalidade, sobre tal processo. Logo,

Cabe ao sujeito, posta as suas finalidades, tendo clareza dos fins e de seus desdobramentos e conseqüências, colocar em movimento os meios e as mediações necessárias à realização dos seus objetivos/fins e isso é dar-lhes uma instrumentalidade, que será sempre orientada pela consciência do sujeito, por uma determinada racionalidade como modo de ser, de pensar e de agir sobre uma determinada realidade. (Guerra, 2013, p. 4).

Entretanto, com o movimento de restauração do capital mundial na década de 1970, emerge a pós-modernidade, que embora não seja um pensamento homogêneo, tem aspectos em comum, a saber, negligencia a historicidade, a perspectiva de totalidade, a mediação e a contradição. Por sua vez, valoriza o micro, o superficial, o subjetivismo, o efêmero, o fragmentado, cuja produção de conhecimento pauta-se no discurso, com ênfase na aparência, no indivíduo e na representação da realidade.

Ela se expressa no cotidiano da vida social, nos âmbitos da política, cultura, principalmente, da informatização e da economia. Está focada nas vivências do indivíduo, de modo singular, com a defesa do descarte não só de objetos, mas de “valores, estilos de vida, relacionamentos, modos de ser e de agir” (Harvey, 1992, p. 258).

Trata-se, do amparo à desresponsabilização do aparato estatal frente às novas expressões da questão social e ao processo de refilantropização da mesma, bem como o apoio ao surgimento “dos novos sujeitos sociais”, através de grupos segmentados partícipes das disputas políticas. “A separação entre indivíduo/classe e sua relação com grupos coletivos e a primazia sobre o público contribuem, de forma incisiva, para o aumento da alienação, o esvaziamento das ações históricossociais, a neutralização e a banalização do agir político” (Simionatti, 2009, p. 11). Desse modo,

A crise das ideologias, o proclamado fim das utopias, devido ao colapso do socialismo real nos países do Leste europeu, e o questionamento dos paradigmas teóricos, políticos e históricos colocara em debate o projeto da modernidade. Além disso, as grandes promessas da era moderna, como a elevação da humanidade a estágios superiores de vida e os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade não havia se concretizado (Simionatto, 2009, p. 5).

Foi a partir desse período de crise nos vários âmbitos da vida social que houve

espaço para o irracionalismo ou a miséria da razão, impactando também nos processos de trabalho dos sujeitos. É sabido que o ser social aciona a racionalidade para ensejar o processo de trabalho, definindo as finalidades e organizando os meios necessários para atingi-las. Nesse ínterim, assim como todas as profissões, o Serviço Social

[...] em seu processo de profissionalização e desenvolvimento sócio-histórico aparece vinculado a duas grandes matrizes do racionalismo contemporâneo: o racionalismo “formal-abstrato”, que está na base da matriz positivista, e seus desdobramentos nas abordagens funcionalistas, estrutural-funcionalistas e sistêmicas, e o racionalismo “crítico-dialético”, expresso na teoria social de Marx (Simionatto, 2009, p. 14).

Dessa feita, embora a profissão seja permeada hegemonicamente pelo racionalismo formal-abstrato e pelo racionalismo crítico-dialético, os impactos tanto do irracionalismo quanto da miséria da razão na contemporaneidade reforçam a indiferenciação da profissão de Serviço Social em detrimento de outras profissões, assim como a dicotomia entre teoria e prática.

Tais repercussões conduzidas sob o ideário neoliberal têm colocado em questão o alcance do Serviço Social, tanto no âmbito do conhecimento, com a fragilização da formação profissional a qual não está descolada do exercício profissional, pois são uma unidade que preservam diferenças, fortalecendo as tendências do conservadorismo e pós-modernas, quanto no aspecto das modificações nas condições de trabalho dos/as assistentes sociais, não só mediante as novas demandas, mas também perante as respostas sobre elas, principalmente por conta do movimento de contrarreforma do Estado que acarretou no desmonte e sucateamento das políticas sociais, as quais possuem uma relação mediata com o Serviço Social.

Abordar a instrumentalidade no campo da racionalidade crítico-dialética é reconhecê-la como a capacidade/habilidade de elaborar as formas e/ou meios de atingir as finalidades previamente estabelecidas. Desse modo, não há como desvincular a relação entre trabalho, racionalidade, instrumentalidade e projeto profissional.

Todo processo de trabalho possui instrumentalidade e essa é direcionada por uma racionalidade, a qual, por sua vez, está ligada a um projeto tanto profissional quanto societário, pois toda produção de conhecimento carrega em si uma ideologia. Sendo assim, a instrumentalidade deve partir e acompanhar o movimento da realidade para, só então, responder na perspectiva da mudança social. Portanto, ao analisar o significado sócio-histórico da instrumentalidade, convém destacar que ela é inerente ao exercício profissional, momento em que deve-se retomar a compreensão sobre as políticas sociais, pois influenciam nos processos de trabalho em que os/as profissionais estão imersos/as. Notemos:

Se as demandas com as quais trabalhamos são totalidades saturadas de determinações (econômicas, políticas, culturais, ideológicas) então elas exigem mais do que ações imediatas, instrumentais, manipulatórias. Elas

implicam intervenções que emanem de escolhas, que passem pelos condutos da razão crítica e da vontade dos sujeitos, que se inscrevam no campo dos valores universais (éticos, morais e políticos). Mais ainda, ações que estejam conectadas a projetos profissionais aos quais subjazem referenciais teórico-metodológicos e princípios ético políticos (Guerra, 2000, p. 7).

Essa retomada sobre as políticas sociais é importante, pois enquanto assistentes sociais trabalhamos com elas e, a partir disso, há contribuição não só para a reprodução material dos sujeitos, por meio dos serviços sociais, mas também, ideologicamente, através da produção de consensos (Iamamoto, 2008).

Dessa maneira, em muitos processos a razão instrumental tem se sobressaído, não só pela dimensão interventiva da profissão, mas pelo teor das multifacetadas demandas (im) postas aos/às profissionais, as quais requerem soluções, porém a dimensão do cotidiano muitas vezes exige que sejam de modo segmentado, focalizado, paliativo e tecnocrático, abandonando, por sua vez, a perspectiva emancipatória.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho é o fundamento ontológico do ser social, mas no modo de produção capitalista ele se torna alienado, trabalho em geral, abstrato. Assim como o trabalho concreto transforma o homem, a sua relação com a natureza e com os demais seres, a razão crítico-dialética está pautada no conhecimento para a emancipação.

No entanto, neste sistema regido pelo capital, não só o trabalho tem sucumbido a capacidade de objetivação do homem, como a razão emancipatória perde espaço para as razões formal-abstrata ou instrumental, as quais ganham força perante a pós-modernidade, momento em que o irracionalismo e a miséria da razão exacerbam-se.

É possível observar tais disputas ideológicas na instrumentalidade no Serviço Social, a qual deve ser entendida enquanto categoria de mediação do trabalho profissional. De toda forma, foi a razão crítico-dialética que permitiu apreender que é pelas dimensões da instrumentalidade que se consolidam os valores, princípios, teorias, além das técnicas, instrumentos, estratégias, cuja relação indissociável proporciona a defesa do projeto ético-político hegemônico do Serviço Social.

Portanto, acompanhar o movimento da realidade em suas contradições permite ultrapassar a imediatividade e estabelecer conexões mediatas. Porém, isso exige um(a) profissional que negue a cultura vigente, o imediatismo, o pragmatismo, a burocracia institucional, o fatalismo e o messianismo, defendendo uma postura crítica e propositiva, assim como a vanguarda da profissão vem defendendo há décadas.

REFERÊNCIAS

GUERRA, Y. APRESENTAÇÃO À 10ª. EDIÇÃO A CONQUISTA DA MAIORIDADE: O debate sobre “A instrumentalidade do Serviço Social” 18 anos depois. In: **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2014.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

IAMAMOTO, M. V. A prática como trabalho e a inserção do Assistente Social em processos de trabalho. In: **O serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LUKÁCS, Georg. **Ontologia do Ser Social**. Tr. Carlos Nelson Coutinho, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social II**. Tr Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Contribuição para a crítica da economia política**. Lisboa: Estampa, 1973

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: expressão popular, 2011b.

SILVA, J. F. S da. Serviço Social: razão ontológica ou instrumental? In: *Katálisis*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 72-81, jan/jun. 2013.

SIMIONATTO, I. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teóricopolítica. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.